

Acessibilidade Digital das Universidades Federais Brasileiras: uma perspectiva das relações públicas¹

Cecília Nunes de Sá²
Michele Goulart Massuchin³

Resumo

A partir do século XXI, por meio de legislações específicas e com as mudanças geradas pela internet no processo comunicativo, cada vez mais as pessoas com deficiência passam a ser reconhecidas como indivíduos de direitos. O Decreto nº 5.296/2004 estabelece que toda a comunicação pública digital realizada por instituições federais deve ser acessível a todos. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar as características da comunicação digital e do relacionamento com stakeholders deficientes sensoriais por parte das 68 universidades federais brasileiras, tendo como objeto de estudo seus posts no Facebook. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo (Bardin, 2011) a partir da identificação de recursos de acessibilidade nas publicações. Os resultados demonstraram que apenas um terço das instituições considera – ainda que de forma limitada – as PcDs como públicos de interesse na plataforma.

Palavras-chave

Acessibilidade; Redes Digitais; Relações Públicas; Pessoas com Deficiência.

Introdução

A partir do século XXI, com a tendência mundial de dar vozes e visibilizar segmentos e grupos excluídos, no Brasil a internet posicionou-se como meio e ferramenta essencial para a democratização da informação através de políticas públicas (CONRADO; MOURA, 2018). Isso só se tornou possível pelas mudanças nos direitos, que acompanham a evolução da sociedade. A primeira geração envolve direitos individuais e políticos, a segunda refere-se aos direitos sociais, culturais e econômicos, tendo em vista também questões relativas à preservação do meio ambiente. Por fim, a terceira geração de direitos refere-se à garantia de direitos de desenvolvimento, sendo aqui iniciada a discussão acerca dos direitos de inclusão das pessoas com deficiência através de políticas públicas (BOBBIO, 2004).

Dentre alguns dos direitos adquiridos por esse público, pode-se citar o Decreto nº 5.296/2004, que estabelece que todos os sites relacionados ao governo e instituições federais deveriam proporcionar acessibilidade aos deficientes sensoriais. Ademais, o artigo terceiro da Lei nº 13.409/2016 reafirmou o acesso das pessoas com deficiência, as quais constituem-se como

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Comunicação Digital, Inovação e Tecnologias, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Graduanda do curso de Relações Públicas, Universidade Federal do Paraná, cecilia.nunesdesa@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. mimassuchin@gmail.com.

públicos das instituições superiores federais de ensino, ao determinar uma porcentagem das vagas através de cotas.

Todavia, a declaração dos direitos não garante nem seu cumprimento e nem que podem ser desfrutados por essa parcela da população (BOBBIO, 2004). Esse trabalho tem como objetivo compreender as características da comunicação digital e do relacionamento com stakeholders deficientes sensoriais por parte das universidades federais brasileiras. Assim, intrinsecamente relacionado com a terceira geração de direitos apresentada por Bobbio.

O foco da pesquisa recai sobre as universidades por ser um espaço educacional em que, em tese, a acessibilidade deveria estar presente, seja por conta da legislação ou pelo seu caráter. A educação é um dos modos pelos quais as pessoas com deficiência são reconhecidas como indivíduos portadores de direitos, requerendo igualdade de oportunidades e uma educação inclusiva (SOUZA; IRELAND, 2020).

Diante disso, torna-se relevante caracterizar como as universidades federais brasileiras se portam tendo em vista os direitos adquiridos dessa parcela da população. Neste trabalho, propõe-se realizar tal análise a partir das páginas de Facebook⁴ das 68 universidades federais brasileiras - instituições federais sujeitas ao Decreto nº 5.296/2004 - observando como a comunicação pública tem sido produzida a partir das possibilidades de acessibilidade. E, uma vez que este trabalho visa compreender o relacionamento entre as universidades federais e seus públicos com deficiência sensorial, inicia-se a discussão a partir da caracterização e contextualização das pessoas com deficiência como público.

Acessibilidade: definições e contextos

Existem três modos diversos de conceituar deficiência e, por representarem o modo como a sociedade se relaciona com a deficiência, foram se alterando conforme as PcDs passaram a ser percebidas como indivíduos de direitos. O primeiro modelo de conceituação de deficiência é o ponto de vista médico, no qual a pessoa com deficiência nada mais é do que um paciente passivo, que deve esperar a cura ser encontrada pacientemente, tendo em consideração apenas o ponto de vista clínico. Enquanto o primeiro modelo se caracteriza pelo diagnóstico, o segundo modelo - o modelo caritativo ou religioso - tem como característica principal a piedade, ou seja,

⁴ Este trabalho é baseado no Trabalho de Conclusão de Curso que está em fase de finalização e apresenta resultados parciais da pesquisa desenvolvida. No TCC, os objetos de estudos são os sites, Facebook e Instagram das 68 universidades federais brasileiras.

as pessoas com deficiência devem ser ajudadas, independentemente se elas quiserem ajuda e são vistas como menos capazes (ENFIELD e HARRIS, 2003).

Por fim, o terceiro modelo divide-se em duas fases. A primeira fase do modelo social de direitos afirma que a deficiência decorre da organização da sociedade, a partir de como se dão as relações de poder e materializa-se em forma de barreiras. Já a segunda fase amplia essa discussão, abordando também o que é a deficiência e, principalmente, como é a vida da pessoa com deficiência, levando em conta aspectos como gênero (ENFIELD e HARRIS, 2003). Esses três modelos são as bases que foram utilizadas para a criação de políticas públicas e de legislação voltada para PcDs.

Primeiramente, o Decreto n.º 3.298 define deficiência a partir de 3 aspectos: deficiência permanente, ou seja, que não tem previsto recuperação, incapacidade de realização de certas atividades e pela não utilização de recursos especiais. Já a deficiência sensorial - foco do estudo deste trabalho - é definida pelo Decreto n.º 3.298 como:

II – deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; III – deficiência visual – cegueira, na qual acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (BRASIL, 1999)

Uma mudança de paradigma para as pessoas com deficiência foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências (CDPD), realizada em Nova Iorque, em 2006. Nesse evento, foi acordado que a terminologia a ser utilizada para se referenciar as pessoas com deficiência é “pessoas com deficiência”, uma vez que caracteriza como indivíduos, não elimina a deficiência e nem transforma ela na característica mais marcante. As políticas desenvolvidas durante a Convenção seguiram essa premissa: os Estados foram obrigados a consultar as PcDs sobre as propostas apresentadas no evento e, assim, surge o lema “Nada sobre nós sem nós”.

Por fim, foi introduzido o conceito de direito híbrido, ou seja, as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que as pessoas sem deficiência e não querem ser reconhecidas a partir de uma perspectiva caritativa ou religiosa. No entanto, para que esses direitos sejam desfrutados por esse público, são necessárias políticas públicas e legislações específicas. O maior avanço foi o consentimento que independência e apoio podem acontecer simultaneamente (DHANDA, 2008).

Tendo visto as definições de deficiência seguimos para dados numéricos. De acordo com a Cartilha “Características Gerais da população, religião e Pessoas com Deficiência” (IBGE, 2012), 45 milhões de brasileiros apresentam alguma deficiência, representando 23,9% da população. Desses, 7,6% são totalmente surdos e 1,6% possuem alguma deficiência visual severa.

A Constituição Federal Brasileira diz, dentro dos direitos fundamentais dos cidadãos, no artigo terceiro “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988) e no artigo quinto que “é assegurado a todos o acesso à informação” (BRASIL, 1988), incluindo as pessoas com deficiência. Tendo como base a CDPD, foi assinado em 2009 o Decreto nº 6.949, garantindo os direitos híbridos às pessoas com deficiência. Inclusive referente ao acesso à informação e acessibilidade:

“Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha” (BRASIL, 2009).

A legislação mais importante em questões de acessibilidade é a Lei nº 13.146/2015, pois trouxe uma das maiores mudanças sobre o assunto na Constituição Federal. Seis anos depois da assinatura da CDPD, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é promulgada como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e se destina a assegurar condições de igualdade para essa parcela da população.

Visto que esse é um trabalho da área de comunicação, nos debruçaremos sobre às questões inerentes à acessibilidade. O conceito apresentado é de que a “acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (BRASIL, 2015, art. 53). Já com relação a acessibilidade na web, cenário estudado neste trabalho, a legislação aponta que todos os sites governamentais devem seguir as diretrizes internacionais de acessibilidade.

A acessibilidade na web é um conceito intrinsecamente relacionado com inclusão e exclusão digital que, por sua vez, tem como princípio o alcance, entendimento e retorno/feedback da informação em um contexto de igualdade de oportunidades em diferentes cenários e equipamentos nos quais a informação pode ser acessada. A autonomia do usuário é chave para

o conceito de acessibilidade na web (LEITE; MEYER-PFLUG, 2016) e isso será observado no ambiente online de instituições públicas específicas: as universidades.

As universidades e as pessoas com deficiência

A educação é um dos modos pelos quais a pessoa com deficiência é reconhecida como um indivíduo de direitos (SOUZA; IRELAND, 2020). Ao encontro disso, as PcDs têm reconhecidos na Constituição que são públicos de interesses das universidades federais, sendo seu papel a garantia do acesso à universidade e à educação inclusiva destes, ou seja, que oferece apoio quando a pessoa com deficiência tem necessidade. Em decorrência da CDPD, essa parcela da população passou a ser incluída nos ambientes acadêmicos de ensino superior, tendo políticas de ingresso e permanência nas universidades voltadas a esse aspecto.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira apresentam que cada vez mais as universidades públicas federais – objeto de estudo deste trabalho – têm mais alunos com deficiência sensorial. O Censo da Educação Superior de 2018 (INEP, 2019) apresenta que essas instituições de ensino superior tinham 23.633 PcDs sensoriais matriculadas, sendo que destas, 6.775 estavam matriculadas em instituições federais de ensino superior. O Censo de Educação Superior de 2019 (INEP, 2020) trouxe um pequeno aumento nesses números com um total de 25.786 PcDs matriculadas no ensino superior e 7.403 em instituições federais, tornando-os continuamente uma parcela maior de público interno das universidades.

O papel de formação profissional e cidadã pelas universidades federais não se restringe apenas aos alunos, mas abrange toda a sociedade. Ou seja, a acessibilidade deve ultrapassar o público interno. Sem embargo, para que a condição de esfera pública habermasiana seja alcançada nesses espaços, é primordial que as discussões estabelecidas sejam acessíveis a todos, uma vez que a esfera pública só é possível se o público tiver acesso às informações, compreenda-as e exerça influência sob o governo através das legislações (HABERMAS, 1964). A partir deste papel, as instituições federais também se transformariam em espaços contra a discriminação das PcDs por ofertarem uma educação inclusiva, desde que fornecessem espaços acessíveis.

No entanto, nem sempre os alunos encontram condições adequadas de permanência na universidade. As barreiras comunicacionais tanto dentro quanto fora de sala de aula são grandes impeditivos para as PcDs sensoriais (GRILO, PIRES E ANDRADE, 2020). E assim como a acessibilidade deve estar presente no dia-a-dia, as comunicações oficiais também devem ser pensadas de forma inclusiva. Em contexto de pandemia, no qual quase que na totalidade a

comunicação entre a universidade e seus alunos é feita de forma digital, essa característica é mais importante do que nunca.

A comunicação desenvolvida pelas universidades federais se enquadra no conceito de Comunicação Pública (CP). Para Koçouski (2012), a CP tem como base o que ocorre na esfera pública e pode ser definida como:

“[...] uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos.” (KOÇOUSKI, 2012, P. 92)

Portanto, o cerne da comunicação pública está na coletividade. Diante disso, a comunicação pública visa atender as necessidades de seus públicos e da comunidade na qual a instituição está inserida. Se essa instituição tem pessoas com deficiência como *stakeholders*, devem ter em seu planejamento de comunicação ações voltadas a esse público. E visto a importância da realização da comunicação pública pelas universidades federais terem foco nos direitos que a sociedade, em discussões realizadas na esfera pública, assume-se que seriam processos consolidados nas organizações. Contudo, o Ministério da Educação (MEC) não disponibiliza diretrizes para a idealização e realização de processos comunicativos de instituições vinculadas a ele, o que inclui as universidades federais (ABIAHY, 2015).

Passa a ser competência, então, de cada Superintendência de Comunicação das universidades de identificar as necessidades de seus públicos e definir as estratégias a serem utilizadas, tendo como base as discussões realizadas na esfera pública. Se as pessoas com deficiência tiverem acesso às discussões realizadas, poderão ser reconhecidas nesses espaços como indivíduos com direitos e terão acesso à comunicação inclusiva. Neste sentido, ressalta-se o papel central dos responsáveis pela comunicação públicas das universidades, os quais são profissionais das subáreas da comunicação social: jornalismo, publicidade e propaganda e relações públicas (KOÇOUSKI, 2012). E, sendo o público o centro dos interesses das relações públicas, discute-se na sequência como esta subárea está relacionada com a acessibilidade nas instituições.

As instituições, a acessibilidade e as relações públicas

A partir das reflexões acima apresentadas, faz-se a pergunta: nesse processo, onde se encaixam as relações públicas nas instituições, sejam públicas ou privadas? O objetivo principal da profissão de relações públicas é o relacionamento entre uma organização e seus públicos de interesse, tendo em vista os objetivos daquele relacionamento por cada uma das partes (FRANÇA, 2012). O processo de RP inclui a elaboração de estratégias específicas para cada *stakeholder* assim “[...] estabelecendo um relacionamento harmonioso entre eles e a organização” (CONFERP).

Para França (2012), esses relacionamentos desenvolvidos e mediados pelos profissionais de RP devem sempre se voltar para a opinião pública e, através de um planejamento estratégico, ter um caráter contínuo. Quando se afirma que as pessoas com deficiência são públicos de interesse das universidades federais, torna-se papel dos relações públicas pensar a comunicação inclusiva. Nesse cenário de comunicação pública, o RP é o profissional que realiza de modo privilegiado ações de CP, porém o jornalismo e a publicidade também devem contribuir, por exemplo, através do esclarecimento dos direitos dos cidadãos e promover a transparência (KUNSCH, 2012).

Os cidadãos, tendo ciência que os Estados não cumprem em totalidade o seu papel, buscam organizações que irão atuar nas áreas que estão com deficiência de ações estatais. Nesse ponto, a comunicação pública deixa de ser uma comunicação desenvolvida apenas por órgãos públicos e convida as instituições privadas a se inserirem no processo de construção de cidadania. Kunsch (2016, p. 137) ainda acrescenta que “[...] as organizações têm o dever de restituir à sociedade tudo aquilo de que usufruem, já que os recursos utilizados por ela são provenientes da sociedade.” Nesse processo é primordial que haja uma mudança cultural nos profissionais da comunicação, principalmente das relações públicas, para que suportem o uso de tecnologias assistivas (BONITO, 2015) e, neste caso estudado, possam dar conta de fazer uma comunicação pública que atenda às PcDs, sejam alunos, docentes, técnicos, servidores terceirizados ou o público externo com o qual a universidade também precisa dialogar continuamente.

Entre as alternativas utilizadas para comunicação com os públicos de interesse de uma organização está o uso da internet. Como já visto, em um contexto de pandemia e isolamento social, este meio tem sido um dos principais canais de acesso e relacionamento com o público. Parte dessa preferência é em decorrência de uma de suas características básicas: a reciprocidade. Stasiak (2009) afirma que a comunicação em redes digitais é dialógica e emergente, pois durante o processo comunicativo o diálogo se molda se adequando à conversação. Devido a essa característica, os processos de construção e exercício da cidadania

são facilitados. Mais uma vez, os profissionais da comunicação e das relações públicas encontram-se diante de ambientes de discussão cidadã, sendo de sua responsabilidade que os públicos recebam as informações necessárias que, neste caso, precisam ser também acessíveis.

Outra característica das relações públicas na web é a personalização, não apenas do conteúdo consumido, mas também de ações para nichos específicos da população (SAAD, 2009). Esta é uma oportunidade para realizar ações voltadas às pessoas com deficiência. Apesar da adequação a cada um dos públicos parecer simples, um desafio a ser enfrentado é o acompanhamento dos ritmos da inovação tecnológica e da implantação por parte das instituições (que são limitadas pela infraestrutura), além da absorção do público (SAAD, 2009).

Por fim, a partir de um olhar de comunicação interna, o foco não deve ser apenas o meio pelo qual a comunicação se dá (seja digital ou mídia *offline*), mas se deve levar em consideração o formato da informação. Mais uma vez, o profissional de RP deve se preocupar em apresentar as informações em mais de um formato. Tudo isso deve ser planejado a partir de pesquisas realizadas sobre os formatos que melhor atendem os públicos demarcados e, assim, garantir o entendimento da informação por todas as partes. A consequência direta disso é a possibilidade de formação de um debate institucional, buscando as melhores alternativas para o problema proposto. Isso inclui as PcDs, foco desta pesquisa, dentro e fora das organizações estudadas.

Abordagem metodológica

A partir das discussões teóricas apresentadas anteriormente, esse trabalho propõe-se a responder a seguinte pergunta de pesquisa: “Como as universidades federais brasileiras, enquanto instituições abrangidas pela legislação que regulamenta os direitos das PcD, fazem uma comunicação acessível a este público, a partir das plataformas digitais, tais como as redes sociais?”

Para este artigo a análise se debruça no uso que as instituições fazem do Facebook. Primeiramente, a identificação das características de comunicação inclusiva se dará através da análise dos posts das 68 universidades federais brasileiras, utilizando concepção de Bardin (2011). Foram identificadas 66 páginas oficiais. Apenas a Universidade Federal do Delta da Paraíba (UFDPAR) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) que não têm perfil oficial na plataforma. A coleta de dados foi realizada a partir dos conteúdos publicados na linha do tempo e o período de observação foi a primeira quinzena de dezembro de 2020 e a segunda quinzena de janeiro de 2021.

Os posts foram analisados a partir de suas distintas características. Inicialmente foram divididos nas seguintes categorias de conteúdo: “pessoas” (posts que abordam dia-a-dia de pessoas da universidade, conquistas e pesquisas), “eventos” (eventos desenvolvidos ou apoiados pela universidade), “espaço físico” (questões administrativas relativas ao espaço físico e fotografias), “data comemorativa” (sobre datas especiais, como “Dia da Consciência Negra” e “Outubro Rosa”), “administrativo” (sobre funcionamento da universidade, como matrículas e bolsas) ou “outros”. O formato também é relevante para o entendimento da mensagem, por isso, os posts foram divididos entre imagem, vídeo e link.

A partir dessa divisão, foram analisadas a presença de recursos de acessibilidade. Para as imagens, foi explicitada a presença ou não de texto alternativo (texto inserido pelo produtor de conteúdo que visa descrever os elementos na imagem, sem indicação no texto do post) ou da *hashtag* #ParaCegoVer - e variações - que seria um texto alternativo, porém identificado com a *hashtag* no corpo do texto do post. Para identificar a presença de textos alternativos, foi utilizado o aplicativo *TalkBack*, do sistema operacional Android. Para links, a *hashtag* foi o recurso de acessibilidade analisado, já que a acessibilidade da imagem dos links independe do produtor de conteúdo. Por fim, para vídeos, foi analisado o uso da legendagem (transcrição do que está sendo dito e que tem como foco pessoas com deficiência auditiva) e da janela de tradução em Libras (espaço no inferior da tela com vídeo de um intérprete de Libras, com tradução simultânea).

Resultados da análise dos dados

No total, foram coletados 2802 posts das 66 instituições incluídas na pesquisa. Destas, apenas trinta e três universidades apresentaram pelo menos um recurso de acessibilidade no período, representando o montante de 6,6% (186) dos posts coletados no período. Em outras palavras, metade das universidades federais brasileiras não consideraram pessoas com deficiência sensorial como públicos de interesse na rede social Facebook em nenhum momento já que nenhum post durante 30 dias contava com algum tipo de recurso de acessibilidade.

A instituição de ensino superior que teve a maior porcentagem de posts acessíveis foi a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com 87,7% dos posts com recursos de acessibilidade. A universidade federal com a segunda maior porcentagem de posts com recursos de acessibilidade é a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), com 50% das postagens acessíveis. Em número de postagens com recursos de acessibilidade, a

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) apresenta a segunda maior quantidade. Porém, esse número representa que apenas 41,8% dos seus posts são acessíveis, sendo o terceiro percentual mais alto de acessibilidade. As outras 30 instituições federais apresentaram menos de 30% dos conteúdos com algum tipo de acessibilidade.

O recurso de acessibilidade mais utilizado pelas universidades foi a *hashtag* #ParaCegoVer ou similares. Dos 186 posts acessíveis, 102 continham esse recurso. Dentro desse recurso, dezessete posts foram categorizados como “Data Comemorativa”, sendo que a Universidade Federal do Piauí (UFPI) é responsável por nove destes posts, a única categoria de conteúdo e recurso de acessibilidade utilizado pela instituição. Nesse trabalho não foi avaliada a qualidade das descrições fornecidas e o quanto elas favorecem que o usuário com deficiência visual realmente tenha acesso ao conteúdo.

Ainda na acessibilidade das imagens, o texto alternativo foi utilizado vinte vezes nos posts. Destes, dezoito foram feitos pela UFSM, provavelmente em integração com o aplicativo Instagram, uma vez que o Facebook não permite inserir os textos alternativos nas configurações de uma postagem e o Instagram sim. Um exemplo pode ser visto na imagem abaixo (figura 1).

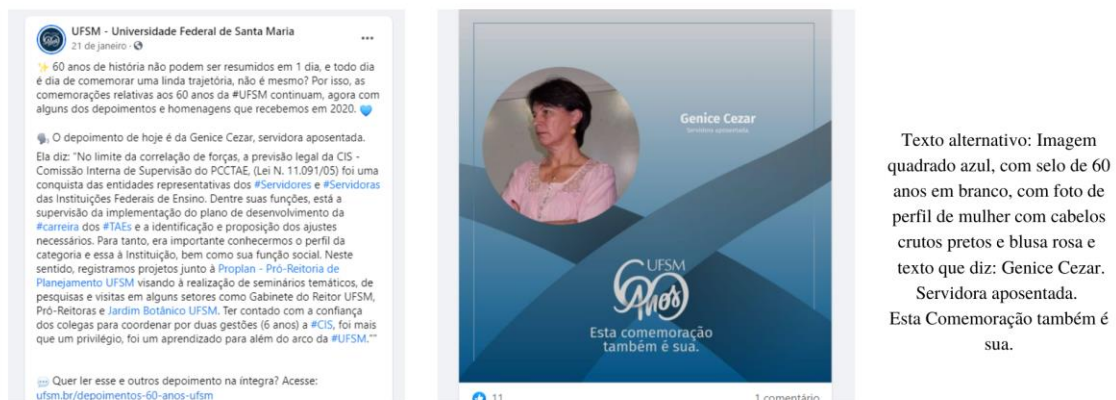


Figura 1: Print de postagem da UFSM com texto alternativo. Na imagem, indicação do texto alternativo inserido pela Universidade.

Fonte: Facebook (2021)

Com relação à acessibilidade de vídeos, a utilização dos recursos ocorreu de forma similar. Das 186 publicações com algum recurso, trinta e uma publicações utilizaram apenas a legendagem, trinta e três tinham presente apenas a janela de tradução em Libras e três continham ambos os recursos. Relacionando os conteúdos com os formatos de acessibilidade, percebe-se que no uso da #ParaCegoVer há uma predominância de conteúdos de cunho administrativo. Os outros formatos distribuem-se de modo homogêneo, como demonstra a tabela:

Tabela 1: Número de posts conforme acessibilidade detalhados por categoria de conteúdo

Recursos de acessibilidade por categoria de conteúdo					
Recursos de acessibilidade/ Conteúdo	#ParaCegoVer	Legendagem	Tradução em Libras	Legendagem e Tradução em Libras	Texto Alternativo
Administrativo	39	9	3	0	5
Data Comemorativa	17	0	2	0	0
Espaço Físico	1	1	1	0	0
Eventos	17	6	5	0	6
Pessoas	7	2	8	1	5
Outros	21	13	11	2	4

Fonte: autora (2021)

Dentre as universidades que apresentaram recursos de acessibilidade em suas postagens, foi identificado que um terço delas utilizou recursos de acessibilidade apenas uma vez. Destas, duas apenas utilizaram o recurso de acessibilidade quando o assunto da postagem tinha relação com as pessoas com deficiência. A Universidade Federal do Pará (UFPA), em um post com múltiplas imagens sobre as cotas para pessoas com deficiência em seu processo seletivo, utilizou a *hashtag* #ParaTodosVerem, descrevendo todas as imagens (figura 2).

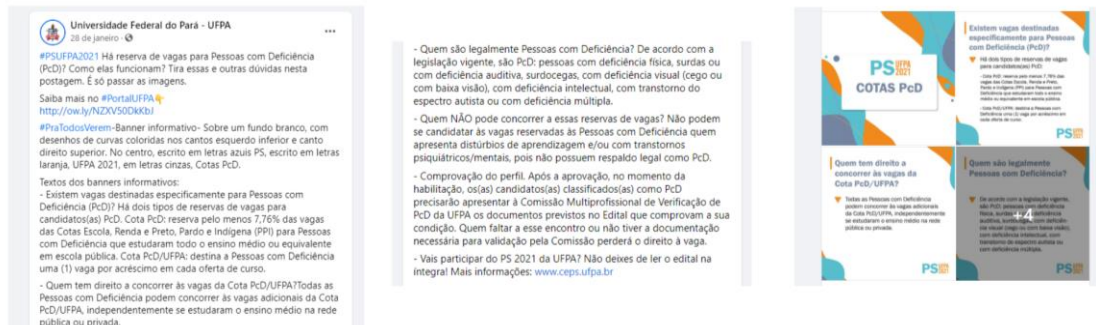


Figura 2: Prints do Facebook da Universidade Federal do Pará. Autoria própria.

Fonte: Facebook (2021)

A segunda instituição cujo único post com recurso de acessibilidade foi a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). No post, a universidade pede doações para um projeto que irá tornar o Museu da Arte Sacra mais acessível. Para impactar o público, os primeiros segundos do vídeo são uma tela preta e se escuta apenas a voz de mulher descrevendo uma peça. Em seguida um homem diz “Você aí do outro lado não viu absolutamente nada? Pois é, essa é a dificuldade diária de quem não enxerga”. Durante todo o vídeo está presente a legendagem.

Esse cenário se repetiu na Universidade Federal de Lavras (UFLA), que em decorrência do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência produziu dois vídeos com a indicação #ParaCegoVer.

A escolha do recurso de acessibilidade intriga, porém os vídeos são duas entrevistas com um egresso com deficiência visual. Desse modo, o vídeo é acessível apenas para pessoas com deficiência visual.

Outra situação foi o uso de recursos de acessibilidade quando o assunto era saúde pública e divulgação científica, muitas vezes relacionado com a prevenção e a vacina contra o coronavírus. Os únicos posts da Universidade Federal de Brasília (UNB) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que tiveram recurso de acessibilidade foram sobre esse assunto. Nota-se que a UFRN não utilizou apenas um recurso de acessibilidade, mas combinou a legendagem com a Janela de Tradução de Libras.



Figura 3: Prints dos vídeos com acessibilidade da UFRN (à esquerda) e UNB (à direita).

Fonte: Facebook (2021)

Das 33 universidades, 11 utilizaram pelo menos em um post sobre o tema da COVID-19 algum recurso acessibilidade. Como apresentado, as universidades públicas realizam a comunicação pública, que visa interesses do coletivo e trata-se de um assunto bastante em evidência. Durante o mês de janeiro, a questão da vacinação, grupos a favor e grupos contra, esteve em alta e diversas universidades públicas se posicionaram a favor. Uma hipótese é que para que seus argumentos a favor do assunto alcançassem um número maior de pessoas e gerasse debate, foi utilizado dos recursos de acessibilidade. No entanto, isso não é suficiente para dar conta de todas as demandas do público.

Considerações finais

As pessoas com deficiência representam 23,9% da população brasileira (IBGE, 2010) e estão em processo de serem reconhecidos como indivíduos com direitos desde 2006. As universidades federais, por terem como característica discussões de formação de senso crítico e cidadão, ofereceriam o ambiente ideal para essa consolidação de identidade. No entanto, as pessoas com deficiência se deparam com diversas barreiras no ambiente acadêmico, entre elas,

o acesso à informação, muitas vezes não reconhecendo-os como públicos de interesse da instituição.

Nas páginas oficiais do Facebook das universidades federais brasileiras, de fato, encontrou-se pouca preocupação com as pessoas com deficiência sensorial. A taxa geral de acessibilidade nas publicações foi de apenas 6,6% e apenas metade das instituições analisadas apresentaram ao menos uma postagem com recurso de acessibilidade. Conclui-se que, para as pessoas com deficiência sensorial ainda há um longo trajeto a ser percorrido para serem reconhecidos como públicos de interesses das instituições públicas de ensino superior brasileiras e que a comunicação pública das instituições ainda precisa avançar no quesito inclusão.

Referências

ABIAHY, A. C. A. Desafios da Comunicação Pública em uma instituição federal de ensino. **Revista Principia** - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, [S.l.], n. 24, p. 17-31, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/100>>. Acesso em: 06 Nov. 2020. DOI:<http://dx.doi.org/10.18265/1517-03062015v1n24p17-31>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOBBIO, N. **A era de direitos**. Nova Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONITO, M. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. 2015., 348f. Tese (doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 6 de Dez. 2020.

_____. **Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 4 de Dez. 2020.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, quanto às instalações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7823.htm. Acesso em: 7 de Dez. 2020.

CONFERP. **A profissão.** Disponível em: <http://conrerp2.org.br/institucional/profissao-e-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 5 de Dez. 2020.

CONRADO, M; MOURA, R. Diálogos interculturais: variações do conceito de diversidade à inclusão de pessoas com deficiência através de dispositivos digitais. **Rev. Direitos Fundamentais & Democracia.** Curitiba, v. 22, n 3, p. 253-271, Dec. 2018. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/984>. Acesso em: 04 Dez. 2020. <https://doi.org/10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v22i3984>.

DHANDA, A. Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. **Rev. int. direitos humaos,** São Paulo , v. 5, n. 8, p. 42-59, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452008000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1806-64452008000100003>.

ENFIELD, S; HARRIS, A. **Disability, Equality and Human Rights: A Training Manual for Development and Humanitarian Organisations.** Oxford: Publicação da Oxfam em cooperação com Action Aid on Disability and Development (ADD), 2003.

FRANÇA, F. **Públicos: como identificá-los em nova visão estratégica.** 3 ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2012.

GRILO, A.; SILVA, B. S. da; PIRES, A. K.; ANDRADE, A. F. Ejes de soporte para accesibilidad digital para la Política de Inclusión de UFRN. **Research, Society and Development,** [S. l.], v. 9, n. 2, p. e175921772, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1772>. Acesso em: 17 Ago. 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i2.1772.

HABERMAS, J. The public sphere: An Encyclopedia Article. **New German Critique,** n.3, Outono, p. 49-55, 1964. Duke University Press. Acesso em: 16 Mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.2307/487737>

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística Censo da Educação Superior 2018.** Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 7 de Dez. 2020.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística Censo da Educação Superior 2019.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 08 de Mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro, 2010. 215 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 4 de Dez. 2020.

KOÇOUSKI, M. **Comunicação pública: construindo um conceito.** In. Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. P. 71-98. MATOS, H. (org.) São Paulo, Edusp: 2012.

KUNSCH, M. M. K. **Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas.** In. Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. P. 13-30. MATOS, H. (org.) São Paulo, Edusp: 2012.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** 6 ed. São Paulo: Summus, 2016.

SOUZA, L. T.; IRELAND, T. D. Educational policies for disabled people: an analysis based on national and international documents. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. e144911824, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1824>. Acesso em: 17 aug. 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i1.1824.

SAAD, E. A Comunicação Digital nas Organizações: Tendências e Transformações. **Organicom.** São Paulo, v.6, nº10/11, 2009. Disponível em: http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista10-11/161.pdf Acesso em: 07 de Dez. 2020.

STASIAK, D. Relações Públicas na web: as três fases da WebRP. In: VI SOPCOM Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação., 2009, Lisboa. **Anais...VI SOPCOM - 8º LUSOCOM**, 2009.